

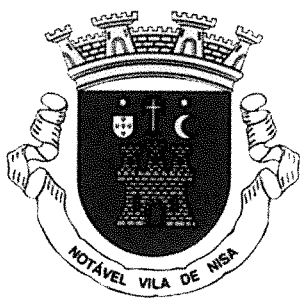


CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

Prestação de Contas Consolidada

7/2025

Relatório de Gestão Consolidado



**CÂMARA
MUNICIPAL
NISA**

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Relatório de Gestão Consolidado 2025

Município de Nisa



[Handwritten signatures and initials]

Índice

1. Introdução.....	2
1.1 Perímetro de consolidação.....	3
1.2 Método de Consolidação	4
2. Análise da Execução Orçamental	4
2.1. Orçamento	5
2.2. Receita.....	5
2.2.1. Receita Corrente	5
2.2.2. Receita de Capital	6
2.2.3. Evolução da Receita.....	7
2.3. Despesa	7
2.3.1. Despesa Corrente	8
2.3.2. Despesas de Capital.....	9
2.3.3. Evolução da Despesa	10
3. Fluxos de Caixa.....	10
4. Grandes Opções do Plano.....	11
5. Contabilidade de Gestão.....	16
6. Análise da Situação Económica.....	20
6.1. Balanço.....	20
6.2. Rácios Financeiros	23
6.3. Demonstração de Resultados.....	24
6.3.1. Resultados Operacionais.....	24
6.3.2. Resultados Financeiros.....	25
6.3.3. Resultado Líquido do Período	25
6.3.4. Endividamento	25
6.4. Cumprimento da LCPA, de acordo com a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro	26
6.5. Cumprimento da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, de acordo com a Lei nº 73/2013 de 3 de setembro	26



7. Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício	27
8. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício	27

1. Introdução

Tendo em conta que foi constituída a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A., (AAA), em 29 de setembro de 2020, por escritura pública de constituição, ao abrigo do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2021, de 31 de agosto, na sua atual redação.

A empresa é formada por dez municípios do Alto Alentejo (Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel) e a mesma tem como objeto social a prestação dos seguintes serviços de interesse geral na área destes concelhos, nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março:

- Abastecimento público de água, incluindo a captação, a elevação, o tratamento, a adução, o armazenamento e a distribuição de água para consumo público;
- Saneamento de águas residuais urbanas, incluindo a recolha, a drenagem, a elevação, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas através de redes fixas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais.

Os estudos realizados indicam que a gestão de ambos os serviços respeitantes a todos os municípios terão maior economia, eficiência e eficácia, tanto na perspetiva operacional como financeira se forem executados de forma agregada e em conjunto.

Esses estudos revelam também que a prossecução desse objetivo é melhor garantida através da adoção do modelo de gestão delegada previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, assegurado por uma empresa local de natureza intermunicipal constituída para o efeito, de que os municípios são os únicos acionistas.



[Handwritten signatures and initials]

Assim, a análise das contas individuais poderia não permitir a visão global da situação financeira do grupo municipal. Torna-se, então, necessária a apresentação das contas consolidadas.

O objetivo aqui patente é elaborar as demonstrações económicas e financeiras das duas entidades como se se tratasse de uma só.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Estipula o n.º 1 do artigo 75.º que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

1.1 Perímetro de consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Nisa e a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A. detida em 14,85 % pelo Município de Nisa.

A empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A. tem como objeto principal:

- Abastecimento público de água, incluindo a captação, a elevação, o tratamento, a adução, o armazenamento e a distribuição de água para consumo público;
- Saneamento de águas residuais urbanas, incluindo a recolha, a drenagem, a elevação, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas através de



redes fixas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais.

1.2 Método de Consolidação

O método de consolidação de contas adotado pelo município de Nisa foi o método de equivalência patrimonial, nos termos conjugados do parágrafo 5 da NCP 23, dos artigos 7.º e 19.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto e da lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, na sua atual redação.

O método de equivalência patrimonial consiste, basicamente, na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2. Análise da Execução Orçamental

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2025, relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, correspondeu às seguintes taxas de execução:

- Foi atingido um índice de realização do orçamento da despesa de 63,68% a que correspondeu um montante de despesa de 18.500.107,98 euros.
- O Investimento realizado apresentou um coeficiente de realização de 44,80%, num valor de 6.984.892,77 euros.
- Os passivos financeiros realizados apresentaram um coeficiente de realização de 99,52% num valor de 10.469,56 euros.
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de aproximadamente 85,27%, correspondendo a um valor de 11.012.567,71 euros.
- Ao nível da receita verificou-se uma execução geral de 70,04%, a que correspondeu uma receita cobrada líquida de 20.348.233,50 euros.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

2.1. Orçamento

Para analisar a Execução do Orçamento, apresentam-se em seguida alguns quadros. Nomeadamente, o que se apresenta de seguida com a estrutura das receitas e despesas, correntes e de capital.

Designação	€		%	
	Dotação corrigida	Execução	Peso por rubrica	Execução
Receitas correntes	13 350 241,00	12 261 095,42	60,26	91,84
Receitas de capital	13 762 399,00	6 147 080,88	30,21	44,67
Outras receitas	1 941 003,70	1 940 057,20	9,53	99,95
Total das receitas	29 053 643,70	20 348 233,50	100,00	70,04
Despesas correntes	12 915 122,70	11 012 567,71	59,53	85,27
Despesas de capital	16 138 521,00	7 487 540,27	40,47	46,40
Total das despesas	29 053 643,70	18 500 107,98	100,00	63,68

Tabela 1 - Estrutura Orçamental

Analisando a estrutura orçamental o aspeto mais importante que se extrai é o facto de as receitas correntes serem superiores às despesas correntes. Apesar de o grau de execução da receita no ano de 2025, ser inferior a 85%, no ano anterior apresentava um grau de 88,99 %, cumprindo assim o estipulado no n.º 3 do art.º 56º do Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

2.2. Receita

2.2.1. Receita Corrente

As receitas correntes líquidas, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente estável.



Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
01 - Impostos Diretos	992 817,65	1 092 821,21	8,91	110,07
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	84 161,04	47 390,90	0,39	56,31
05 - Rendimentos de Propriedade	440 873,02	449 678,49	3,67	102,00
06 - Transferências Correntes	10 139 088,70	9 810 809,60	80,02	96,76
07 - Venda Bens e Presta. Serviços Correntes	1 482 274,14	820 377,94	6,69	55,35
08 - Outras Receitas Correntes	211 026,45	40 017,28	0,33	18,96
Total das Receitas Correntes	13 350 241,00	12 261 095,42	100,00	91,84

Tabela 2 - Receitas Correntes

Como podemos observar, no ano de 2025, as receitas correntes atingiram uma execução de 91,84%. Analisando detalhadamente a estrutura da receita corrente, verificamos que a rubrica mais significativa é relativa a transferências correntes composta sobretudo pelo Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente (FEF).

2.2.2. Receita de Capital

Durante o ano 2025 a receita global atingiu os 20.348.233,50 euros o que se traduz numa taxa de execução de 70,04%. No que diz respeito, às receitas correntes e como já foi referido anteriormente, o grau de execução foi de 91,84%. Assim, analisando o quadro abaixo é possível analisar a execução das várias rubricas da receita de capital, que registou um valor global de execução de 6.147.080,88 euros que corresponde a uma taxa de execução de 44,67%.

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
09 - Venda de Bens de Investimento	992,00	65 811,34	1,07	6634,21
10 - Transferências de Capital	13 753 801,00	6 081 269,54	98,93	44,22
11 - Ativos Financeiros	10,00	0,00	0,00	0,00
12 - Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - Outras Receitas de Capital	7 596,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	13 762 399,00	6 147 080,88	100,00	44,67
15 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1 500,00	553,50	0,03	36,90
16 - Saldo da Gerência Anterior	1 939 503,70	1 939 503,70	99,97	100,00
Total das Outras Receitas	1 941 003,70	1 940 057,20	100,00	99,95

Tabela 3 - Receitas de Capital



[Handwritten signatures and initials]

2.2.3. Evolução da Receita

Deste modo, tornou-se relevante analisar os montantes da receita, tanto corrente como de capital, ao longo de 5 anos, ou seja, entre 2020 e 2025.

Designação da Receita	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Corrente	9 769 171,88 €	10 684 479,35 €	10 403 684,69 €	10 385 908,50 €	11 414 441,04 €	12 261 095,42 €
Capital	1 594 623,66 €	3 019 739,54 €	2 342 008,04 €	2 380 227,56 €	2 633 009,38 €	6 147 080,88 €
Outras Receitas	3 219 831,86 €	2 557 170,83 €	3 006 671,58 €	3 302 337,04 €	3 088 632,62 €	1 940 057,20 €
Total	14 583 627,40 €	16 261 389,72 €	15 752 364,31 €	16 068 473,10 €	17 136 083,04 €	20 348 233,50 €

Tabela 4 - Evolução da Receita

Da análise do quadro anterior é possível concluir que de forma global as receitas têm vindo a aumentar ao longo dos anos. As receitas correntes têm evoluído de forma positiva também, registando um acréscimo de 2.491.923,54 euros de 2020 para 2025. Este valor representa uma variação de 25,51% de 2020 para 2025.

Designação da Receita	2020	2025	Variação %
Corrente	9 769 171,88 €	12 261 095,42 €	25,51%

Tabela 5 - Evolução da Receita Corrente

No que concerne às receitas de capital, essas registaram um aumento de 285,49% de 2020 para 2025 uma vez que registaram um acréscimo de 4.552.457,22 euros.

Designação da Receita	2020	2025	Variação %
Capital	1 594 623,66 €	6 147 080,88 €	285,49%

Tabela 6 - Evolução da Receita de Capital

2.3. Despesa

A despesa apresenta uma taxa de execução de 63,68 %, que corresponde em valor a 18.500.107,98 euros.



2.3.1. Despesa Corrente

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
Despesas com o pessoal	5 825 322,00	5 533 760,79	50,25	94,99
Aquisição de bens e serviços	5 836 318,70	4 483 828,90	40,72	76,83
Juros e outros encargos	5 233,00	3 888,60	0,04	74,31
Transferências correntes	1 051 139,00	826 211,65	7,50	78,60
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	197 110,00	164 877,77	1,50	83,65
Total das Despesas Correntes	12 915 122,70	11 012 567,71	100,00	85,27

Tabela 7 - Despesa Corrente

As Despesas correntes apresentam um valor de execução de 11.012.567,71 euros, que corresponde a uma taxa de execução de 85,27%. As rubricas que mais contribuem são as Despesas com o pessoal e a Aquisição de bens e serviços.

A rubrica da Despesas com o pessoal, representa 50,25% do total das despesas correntes e apresenta uma taxa de execução de 94,99%. Também no mesmo sentido, a rubrica da Aquisição de bens e serviços tem um peso de 40,72 % no total das despesas correntes e apresenta uma taxa de execução de 76,83%.

Nos quadros que se seguem apresenta-se a evolução destas duas rubricas.

Ano	Despesas com o Pessoal	% Variação
2020	4 380 722,65 €	3,61
2021	4 357 455,57 €	-0,53
2022	4 393 842,49 €	0,83
2023	4 757 175,93 €	7,64
2024	5 128 914,27 €	7,64
2025	5 825 322,00 €	13,58

Tabela 8 - Evolução da rubrica Despesas com o Pessoal

A rubrica Despesas com o Pessoal tem, de forma geral, vindo a aumentar ao longo dos anos. Sendo que de 2020 para 2025 apresenta um acréscimo de 1.444.599,35 euros.



Ano	Aquisição de bens e serviços(€)	% Variação
2020	2 939 527,75 €	1,29
2021	2 969 079,91 €	1,01
2022	3 287 283,15 €	9,68
2023	3 526 519,10 €	6,78
2024	3 817 716,85 €	7,63
2025	5 836 318,70 €	52,87

Tabela 9 - Evolução da rubrica Aquisição de bens e serviços

Tal como a rubrica Despesas com o Pessoal, também a rubrica de Aquisição de bens e serviços tem aumentado gradualmente ao longo dos anos. Em 2020 apresentava o valor de 2.939.527,75 euros enquanto que em 2025, este aumentou para 5.836.318,70 euros.

2.3.2. Despesas de Capital

Designação	€		%	
	Dotação	Execução	Peso por rubrica	Execução
Aquisição de bens de capital	15 590 569,00	6 984 892,77	93,29	44,80
Transferências de capital	536 422,00	492 177,94	6,57	91,75
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	10 520,00	10 469,56	0,14	99,52
Outras despesas de capital	1 010,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Capital	16 138 521,00	7 487 540,27	100,00	46,40

Tabela 10 - Despesas de Capital

A taxa de execução das Despesas de Capital fixou-se em 46,40% no ano de 2025. A rubrica que tem mais peso no valor total das Despesas de Capital, é a rubrica da Aquisição de bens de capital, que representa 93,29 % do total das Despesas de Capital. Apesar de ser a que mais peso tem, apenas apresentou uma taxa de execução de 44,80 %.



2.3.3. Evolução da Despesa

Designação da Despesa	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Corrente	7 986 135,31 €	8 077 120,37 €	8 633 318,32 €	8 980 743,71 €	9 858 975,83 €	11 012 567,71 €
Capital	4 041 899,17 €	5 177 597,77 €	3 816 708,95 €	3 999 096,77 €	5 337 603,51 €	7 487 540,27 €
Total	12 028 034,48 €	13 254 718,14 €	12 450 027,27 €	12 979 840,48 €	15 196 579,34 €	18 500 107,98 €

Tabela 11 - Evolução da Despesa

Do quadro anterior, é possível observar que a Despesa de um modo geral, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Podemos ainda verificar que de 2024 para 2025 registou-se um aumento significativo de 3.303.528,64 euros. As despesas de capital são as principais responsáveis por este aumento.

O quadro que se segue analisa a evolução da relação entre receitas correntes e despesas correntes e a relação entre receitas de capital e despesas de capital.

Ano	%	
	Rec. Corrente/ Desp. Corrente	Rec. capital / Desp. Capital
2020	122,32	39,45
2021	132,28	58,32
2022	120,5	61,36
2023	115,65	59,52
2024	115,78	49,33
2025	111,34	38,09

Tabela 12 - Relação entre Receita Corrente e Despesa Corrente e Relação entre Receita de Capital e Despesa de Capital

Desta tabela, podemos concluir que ao longo dos anos a receita corrente tem sido sempre superior à despesa corrente. Em sentido contrário, a receita de capital tem sido ao longo destes 5 anos de análise sempre inferior à despesa de capital.

3. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e os pagamentos associados à execução do orçamento evidenciando os saldos iniciais e finais.



**CÂMARA
MUNICIPAL
NISA**

Prestação de Contas Consolidada 2025

Assim os valores dos recebimentos e dos pagamentos efetuados foram os seguintes:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Recebimentos						
Receita corrente	9 769 171,88 €	10 684 479,35 €	10 403 684,69 €	10 385 908,50 €	11 414 441,04 €	12 261 095,42 €
Receita de caoital	1 594 623,66 €	3 019 739,54 €	2 342 008,04 €	2 380 227,56 €	2 633 009,38 €	6 147 080,88 €
Pagamentos						
Despesa corrente	7 986 135,31 €	8 077 120,37 €	8 633 318,32 €	8 980 743,71 €	9 858 975,83 €	11 012 567,71 €
Despesa de capital	4 041 899,17 €	5 177 597,77 €	3 816 708,95 €	3 999 096,77 €	5 337 603,51 €	16 138 521,00 €
Saldo de Gerência Seguinte	2 555 593,19 €	3 006 671,58 €	3 302 337,04 €	3 088 632,62 €	1 939 503,70 €	1 848 125,52 €

Tabela 13 - Fluxos de Caixa

Mantém-se a tendência de a receita corrente ser superior à despesa corrente sendo a diferença superior ao valor das amortizações médias de empréstimos, cumprindo-se assim o equilíbrio orçamental estabelecido no art.º 40.º da Lei 73/2013.

4. Grandes Opções do Plano

Na execução Anual das Grandes Opções do Plano, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2025, analisando-se apenas os valores referentes aos investimentos programados e executados. Relativamente à execução anual refira-se que o nível de execução nos diversos objetivos registou 49,22%.



Código	Classificação Funcional	Dotação corrigida	Valor Executado	% Execução
1.	Funções Gerais	1 296 571,00 €	1 051 607,85 €	81,11
1.1.1	Administração geral	1 101 436,00 €	951 361,69 €	86,37
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	195 135,00 €	100 246,16 €	51,37
2.	Funções Sociais	8 762 083,00 €	6 305 109,07 €	71,96
2.1.0	Educação	- €	- €	0,00
2.1.1	Ensino não superior	5 010,00 €	523,90 €	10,46
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	- €	- €	0,00
2.2.1	Serviços individuais de saúde	- €	- €	0,00
2.3.2	Ação social	301 109,00 €	220 990,12 €	73,39
2.4.0	Habitação e Serviços Coletivos	6 000,00 €	- €	0,00
2.4.1	Habitação	1 172 771,00 €	840 000,80 €	71,63
2.4.2	Ordenamento do território	2 558 443,00 €	1 839 232,96 €	71,89
2.4.3	Saneamento	- €	- €	0,00
2.4.4	Abastecimento de água	1 107 017,00 €	1 065 642,94 €	96,26
2.4.5	Resíduos Sólidos	137 555,00 €	106 418,06 €	77,36
2.4.6	Proteção meio ambiente conservação natureza	- €	- €	0,00
2.5.1	Cultura	1 213 615,00 €	1 053 709,59 €	86,82
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	2 109 279,00 €	1 036 843,83 €	49,16
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	151 284,00 €	141 746,87 €	93,70
3.	Funções Económicas	6 748 832,00 €	761 813,96 €	11,29
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	45 000,00 €	45 000,00 €	100,00
3.2.0	Indústria e energia	6 250,00 €	0,25 €	0,00
3.3.1	Transportes rodoviários	6 075 196,00 €	270 335,15 €	4,45
3.3.2	Transportes aéreos	- €	- €	0,00
3.3.3	Transportes fluviais	80 000,00 €	72 271,27 €	90,34
3.4.1	Mercados e Feiras	- €	- €	0,00
3.4.2	Turismo	- €	- €	0,00
3.5.0	Outras funções económicas	542 386,00 €	374 207,29 €	68,99
4.	Outras Funções	1 000 636,00 €	647 268,91 €	64,69
4.1.0	4.1.0 Operações da Dívida Autárquica	- €	- €	0,00
4.2.0	4.2.0 Transferências entre administrações	446 422,00 €	265 911,00 €	59,56
4.3.0	4.3.0 Diversas não especificadas	554 214,00 €	381 357,91 €	68,81
TOTAL		17 808 122,00 €	8 765 799,79 €	49,22

Tabela 14 - Execução das GOP's

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI), espelha o investimento físico e as transferências de capital, realizado pelo Município, organizado por objetivos, programas, projetos e ações num horizonte de 4 anos. As AMR contemplam as atividades mais relevantes para o Município.

O resultando em 2025 ao nível da execução foi o seguinte:



- PPI obteve um valor de realização de 6.984.892,77 euros, com uma percentagem de execução anual de 44,80%.
- AMR, o valor final foi de 1.780.907,02€, com uma percentagem de execução anual de 80,31%.

Deste modo, torna-se relevante a identificação dos projetos mais relevantes em cada objetivo e consequentemente em cada programa.

Objetivo 1 – Funções Gerais

As Funções Gerais (Objetivo 1) são constituídas por dois programas, a Administração Geral e a Proteção Civil contra Incêndios.

Na Administração Geral, os dois projetos que têm mais peso são, a aquisição de viaturas e o Licenciamento de Software Informático. No programa da Proteção Civil contra incêndios, os projetos mais relevantes são a continuação do apoio à equipa de intervenção permanente da proteção civil constituída pela AHBV Nisa e a atribuição de apoios financeiros.

Objetivo 2 – Funções Sociais

As Funções Sociais são o objetivo 2 e o que mais contribui para o valor total das GOP's. Dentro este objetivo temos o programa Ação Social, em que os projetos que mais se destacam são o Nascer em Nisa, a Comparticipação em medicamentos e apoios diversos e o Apoio em Capital às IPSS's.

No programa da Habitação, destacam-se o Projeto da Estratégia Local de Habitação – aquisição e reabilitação de imóveis e a habitação social.

A beneficiação de arruamentos no Concelho, o Largo do Cruzeiro em Alpalhão (2ª fase), a Regeneração da área envolvente ao Centro Histórico e Rotunda, os Passeios e estacionamento na Rua da Fábrica em Nisa e a Requalificação da Tapada do Chão de Alter são os projetos que mais contribuem para o programa de Ordenamento no Território.



No programa de Abastecimento de Água, o projeto com mais relevância é o **"É Galeana – É Vida" - Reabilitação da Captação da Nascente da Galeana**. Este projeto representa um investimento de cerca de 1 milhão de euros e constitui um marco importante na aposta do município na sustentabilidade e na gestão responsável dos recursos naturais, tendo sempre presente a dimensão do problema da escassez de água.

A água que antes era desperdiçada, passará a ser um recurso que será utilizado para regar os espaços verdes da vila, e para abastecer a piscina municipal de Nisa, assim como a criação de uma reserva estratégica para abastecimento de veículos de combate de incêndios em serviços de emergência, bem como sistemas agrícolas para abeberamento animal.

Com a implementação desta infraestrutura, o município pretende recuperar diariamente cerca de 300 metros cúbicos de água, valor este que se traduz numa poupança considerável tanto a nível económico (estimado em 200.000,00 euros/ano), como a nível ambiental.

Deste modo, a Reabilitação da Captação da nascente da Galeana contribui para a promoção de uma utilização mais inteligente e sustentável e para a preservação de um recurso natural que é cada vez mais escasso.

O programa dos Resíduos Sólidos tem como projetos mais relevantes a Viatura não Poluente de Recolha Diferenciada e a Aquisição de Contentores.

No programa da Cultura, o projeto que mais se destaca é sem dúvida o **Nisa em Festa**. Este projeto é um dos principais eventos culturais do concelho de Nisa, assumindo-se como muito mais do que uma simples festa de verão.

Trata-se de uma iniciativa com forte dimensão social e comunitária, pensada para envolver toda a população e visitantes de diferentes gerações, promovendo o convívio, a partilha e a valorização das tradições locais. Uma das medidas que reforça esta forte dimensão social e comunitária, foi a passagem do local de realização da festa, da zona industrial, para o centro da vila, de forma a promover o comércio local.

Ao longo de vários dias, o evento oferece uma programação diversificada que integra música, gastronomia, artesanato e atividades culturais, criando um ambiente inclusivo e acessível, sendo que um dos seus principais objetivos é



**CÂMARA
MUNICIPAL
NISA**

Prestação de Contas Consolidada 2025

[Handwritten signatures and initials]

afirmar-se como uma festa para toda a família, onde crianças, jovens, adultos e seniores encontram propostas adequadas aos seus interesses.

Para os mais novos, são frequentemente dinamizadas atividades lúdicas, espaços de animação e iniciativas educativas; para os jovens, destacam-se os concertos e momentos de entretenimento contemporâneo; já os adultos e seniores encontram espaços de convívio, tasquinhas, exposições de artesanato e manifestações culturais ligadas às tradições da região.

O carácter social do evento manifesta-se também na promoção do encontro entre gerações, incentivando a participação conjunta em atividades culturais e reforçando os laços comunitários.

Parte dos custos deste evento estão ligados à preparação dos expositores que são ocupados pelas associações da vila, a convite do Município. As receitas arrecadas pelas associações revertem para as mesmas, desempenhando assim um papel importante no apoio ao associativismo, sendo este o verdadeiro retorno do evento.

Paralelamente, o Nisa em Festa desempenha um papel importante na dinamização económica e cultural local, valorizando o património, os produtos regionais e o trabalho das associações e artesãos, consolidando-se como um evento agregador, que celebra a identidade local enquanto promove a inclusão, o acesso à cultura e o bem-estar coletivo.

Apesar do forte investimento neste projeto, no valor de cerca de 720 mil euros no ano de 2025, este gera receita para Município, nomeadamente o valor dos bilhetes, que em 2025, foi cerca de 213 mil euros, tendo sido também recebido o subsídio da barragem no valor de cerca de 78 mil euros.

Outros projetos que também são relevantes são o É Nisa É Valorizar...o que é nosso – Casa dos Bolos, e o É Nisa É Cultura.

No programa Desporto, Recreio e Lazer destacam-se os projetos: É Nisa.tech - espaço multiusos de inovação e competitividade, Ginásio Municipal e Valorização do Jardim Municipal.

No programa das Outras Atividades Cívicas e Religiosas destaca-se a Alteração da Cobertura da Igreja Matriz de Arez.



Objetivo 3 – Funções Económicas

No Objetivo 3 – Funções Económicas, no programa Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca destaca-se o Acordo de colaboração entre CIMAA e o Município de Nisa – Brigada de Sapadores Florestais.

No programa de Transportes Rodoviários têm mais peso os projetos da Ponte Internacional sobre o Rio Sever – Ligação Transfronteiriça e a Sinalização de Trânsito.

Nos Transportes Fluviais destaca-se o Cais Monte Claro/ Chão da Velha. Nas outras funções económicas destaca-se a Melhoria da Eficiência Energética, o Coworking e as Termas.

Objetivo 4 – Outras Funções

Por último, no objetivo 4 – Outras Funções, tem maior peso no programa das Transferências entre Administrações, o projeto do Acordo de Execução e Contrato Interadministrativo das Freguesias e no programa das Diversas não especificadas destacam-se os outros investimentos e o Equipamento Básico Diverso.

5. Contabilidade de Gestão

A Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27) estabelece os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão e os requisitos mínimos para a sua apresentação, conteúdo e divulgação.

De facto, a contabilidade de gestão tem-se revelado de extrema importância, uma vez que permite às várias entidades dispor de melhor informação na gestão dos recursos ao seu dispor, de modo a administrar de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma



desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade constitui uma obrigatoriedade prevista pelo SNC-AP (referencial de relato aplicável) e vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

A contabilidade de gestão (CG) destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

A Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 estabelece a base para o desenvolvimento de um sistema de Contabilidade de Gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

De seguida divulga-se, informação acerca de cada bem e serviço, dando cumprimento ao estipulado na NCP 27.

Conceito

Os serviços são os centros de custo, através dos quais é possível apurar os custos de Serviços, para onde os materiais, mão-de-obra, máquinas/viaturas, depreciações/amortizações e serviços, são requisitados e imputados.

Serviço - Considera-se um serviço, o conjunto de atividades inerentes aos objetivos do Município, com vista à satisfação das necessidades diretas ou indiretas dos munícipes.

Função - Área de intervenção autárquica, relativa à atividade, em todos os domínios para os quais a Autarquia dispõe de atribuições. Nem todas as funções previstas na lei, são alvo de movimentação pelo seu teor e enquadramento nas competências do Município.



Custos das Funções

A contabilidade de gestão assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, adotando o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo D.L.n.º 192 /2015, de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são as funções: gerais, sociais, económicas e outras funções.

Descrição	2024	2025	Var. Abs.
100 - Serviços Gerais de Administração Pública	1 917,26 €	0,00 €	-1 917,26 €
111 - Administração Geral	5 520 306,03 €	7 184 637,70 €	1 664 331,67 €
121 - Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	208 023,27 €	208 668,59 €	645,32 €
1 - Funções Gerais	5 730 246,56 €	7 393 306,29 €	1 663 059,73 €
211 - Ensino Não Superior	870 267,94 €	874 171,98 €	3 904,04 €
212 - Serviços Auxiliares de Ensino	155 596,94 €	216 904,46 €	61 307,52 €
221 - Serviços Individuais de Saúde	73 193,69 €	70 146,29 €	-3 047,40 €
232 - Acção Social	347 579,73 €	683 536,12 €	335 956,39 €
241 - Habitação	46 655,38 €	234 410,30 €	187 754,92 €
242 - Ordenamento do Território	809 589,09 €	81 124,80 €	-728 464,29 €
243 - Saneamento	23 140,17 €	1 898,65 €	-21 241,52 €
244 - Abastecimento de Água	139 953,14 €	44 962,78 €	-94 990,36 €
245 - Resíduos Sólidos	840 119,36 €	954 976,24 €	114 856,88 €
246 - Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	275 666,33 €	260 334,29 €	-15 332,04 €
250 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 577,76 €	0,00 €	-1 577,76 €
251 - Cultura	1 882 573,71 €	1 926 916,03 €	44 342,32 €
252 - Desporto, Recreio e Lazer	715 988,21 €	853 254,81 €	137 266,60 €
253 - Outras Actividades Cívicas e Religiosas	19 864,30 €	22 441,56 €	2 577,26 €
2 - Funções Sociais	6 201 765,75 €	6 225 078,31 €	23 312,56 €
310 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	2 611,23 €	101 188,21 €	98 576,98 €
320 - Indústria e Energia	205 082,82 €	204 640,06 €	-442,76 €
331 - Transportes Rodoviários	536 568,07 €	156 157,79 €	-380 410,28 €
332 - Transportes Aéreos	65 019,44 €	33 426,02 €	-31 593,42 €
333 - Transportes Fluviais	46 579,78 €	16 685,41 €	-29 894,37 €
341 - Mercados e Feira	46 693,33 €	64 565,18 €	17 871,85 €
342 - Turismo	201 030,80 €	197 691,96 €	-3 338,84 €
350 - Outras Funções Económicas	760 076,59 €	622 799,15 €	-137 277,44 €
3 - Funções Económicas	1 863 662,06 €	1 397 153,78 €	-466 508,28 €
410 - Operações da Dívida Autárquica	6 666,97 €	405,00 €	-6 261,97 €
420 - Transferências entre Administrações	323 535,22 €	328 008,19 €	4 472,97 €
430 - Diversas Não Especificadas	92 695,40 €	107 073,37 €	14 377,97 €
4 - Outras Funções	422 897,59 €	435 486,56 €	12 588,97 €
TOTAL	14 218 571,96 €	15 451 024,94 €	1 232 452,98 €

Tabela 15 - Variação dos Custos das Funções entre 2024 e 2025

Do quadro anterior salienta-se, o peso das Funções Gerais, que representam 47,85% do total dos custos, destacamos o peso da rubrica Administração Geral, com custo de aproximadamente 7.184.637,70 euros.



Das Funções Sociais, que representam 40,29% do total dos custos, que apresentam cerca de 6.225.078,31 euros. As rubricas que mais contribuíram foram a Cultura, o Ensino Não Superior, os Resíduos Sólidos e a Ação Social.

Se analisarmos as Funções Económicas concluímos que representam 9,04% dos custos totais, com um custo de 1.397.153,78 euros, sendo que as rubricas Outras Funções Económicas e Indústria e Energia são as que mais contribuem.

Por último, as Outras Funções representam 2,82% dos custos totais sendo que a rubrica mais representativa são as Transferências entre Administrações.

Critérios de imputação dos custos indiretos utilizados

Do total dos custos, existe sempre um grande conjunto de custos que não é possível afetá-los diretamente, havendo, então, a obrigatoriedade de fazer a repartição desses custos indiretos.

Os custos indiretos (ou comuns) são aqueles que se podem identificar com mais do que um Bem ou Serviço, ou com mais que uma Função, podendo ocorrer dois cenários:

- Cenário 1 –

Se os Custos, podendo ser atribuídos a mais do que um Bem ou um Serviço, forem, contudo, identificados completamente com uma única Função, está-se na presença de Custos Diretos a Função (mas indiretos aos Bens e Serviços dessa Função).

O valor registado como Custos Diretos a uma Função irá ainda ser repartido como Custos Indiretos de cada Bem ou Serviço dessa Função e corresponde, para cada Bem ou Serviço, à percentagem do total dos respetivos Custos Diretos no total dos Custos Diretos dos Bens e Serviços da Função em que se enquadrem.

- Cenário 2 –



Se os Custos são de tal modo genéricos que nem sequer podem ser atribuídos a uma única Função, está-se na presença de Custos Indiretos a Funções (e, portanto, indiretos aos Bens e Serviços de todas as Funções).

Quanto ao valor registado como Custos Indiretos a Funções que irá ser repartido por todas as Funções e que corresponde, para cada Função, à percentagem do total dos respetivos Custos Diretos no total geral dos Custos Diretos apurados em todas as funções.

Esta repartição de Custos Indiretos ocorre para cada mês, ficando-se, assim, com todos os Custos (Diretos e Indiretos) de Bens/Serviços e Funções.

6. Análise da Situação Económica

6.1. Balanço

Enquanto a execução orçamental, reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, através do Balanço e Demonstração de Resultados analisamos a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, os seus direitos e obrigações.

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância e no quadro seguinte apresenta-se resumidamente a estrutura patrimonial do Município.



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

Prestação de Contas Consolidada 2025

Município de Nisa
Balanco Consolidado em 31 de dezembro de 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		Ano 2025	Ano 2024
Activo			
Activo Não Corrente:			
Activos Fixos Tangíveis	2,4,5,6,9	50 017 574,82	46 768 704,11
Activos Intangíveis	2,3	258 769,14	86 216,96
Participações Financeiras	2,20	4 376 135,39	3 618 726,64
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	2	8 214,00	8 214,00
Total Activo Não Corrente:		54 660 693,35	50 481 861,71
Activo Corrente:			
Inventários	2,10	365 973,30	408 029,65
Cientes, contribuintes e utentes	9	134 366,43	182 080,07
Devedores por transferências e subsídios	2,14	30 497,48	23 664,16
Estado e Outros Entes Públicos	2,19	220 656,75	180 079,38
Outras contas a receber	2,16,19	1 557 435,60	875 236,33
Diferimentos	2	51 736,55	68 469,21
Caixa e Depósitos Bancários	1	2 079 582,68	2 239 139,30
Total Activo Corrente:		4 440 248,79	3 976 698,10
Total do Activo:		59 100 942,14	54 458 559,81
Património Líquido e Passivo			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO:			
Património	2	29 511 525,15	29 511 525,15
Reservas	2	1 608 638,51	1 608 638,51
Resultados Transitados	2	-66 193,05	-401 223,99
Ajustamentos em Activos Financeiros	2	90 339,06	357 070,33
Outras variações no património líquido	2	25 459 400,10	21 870 364,40
Sub-Total:		56 603 709,77	52 946 374,40
Resultado Líquido do Período	2	19 146,06	-313 640,08
Total do Patrimonio Líquido:		56 622 855,83	52 632 734,32
Passivo:			
Passivo Não Corrente:			
Provisões	2,16	175 000,00	175 000,00
Outras contas a pagar	2,16,19	196 417,01	262 984,42
Total Passivo Não Corrente:		371 417,01	437 984,42
Passivo Corrente:			
Fornecedores	2,16,19	575 484,69	9 564,96
Estado e Outros Entes Públicos	2,19	132 332,41	53 273,18
Fornecedores de investimentos	2,19	147 772,14	21 525,00
Outras contas a pagar	2,16,19	1 244 644,69	1 299 079,71
Diferimentos	2	6 435,37	4 398,22
Total Passivo Corrente:		2 106 669,30	1 387 841,07
Total do Passivo		2 478 086,31	1 825 825,49
Total do Património Líquido e do Passivo		59 100 942,14	54 458 559,81



Tabela 16 - Balanço

[Handwritten signatures and initials]

Ativo

No ativo destacam-se as rubricas:

- Ativos Fixos Tangíveis, no valor de 50.017.574,82 €
- Participações Financeiras, no valor de 4.376.135,39 €
- Cliente, contribuintes e utentes, no valor de 134.366,43 €
- Outras contas a receber, no valor de 1.557.435,60 €
- Caixa e depósitos, no valor de 2.079.582,68 €

Património Líquido

No valor do Património líquido, destacam-se:

- As Outras variações do Património Líquido, no valor de 25.459.400,10 €

Passivo

No Passivo destacam-se os seguintes valores:

- As provisões para processos judiciais em curso visam assegurar responsabilidades e que à data do balanço tenham ocorrência provável. Assim, em 2025 não houve alteração face ao ano transato, mantendo-se o valor em 175.000,00 €
- Financiamentos Obtidos: nesta rubrica não existem valores uma vez que durante o ano de 2024 foram liquidados todos os empréstimos a médio e longo prazo
- Fornecedores, no valor de 575.484,69 €
- Outras Contas a Pagar, no valor de 1.244.644,69 €



6.2. Rácios Financeiros

Rácios	Cálculo	2023	2024	2025
Liquidez geral	Ativo corrente/Passivo corrente	4,31	2,87	2,11
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	22,48	28,83	22,85
Endividamento	Passivo/Ativo	0,04	0,03	0,04
Grau de autonomia financeira	Património Líquido/Ativo	0,96	0,97	0,96

Tabela 17 - Rácios Financeiros

Para melhor analisar a situação económica- financeira apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no termo do exercício económico, de forma a visualizar a situação em que se encontra o Município de Nisa, comparando os rácios nos anos de 2024 e 2025 (períodos e valores comparáveis).

A Liquidez Geral permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo.

A Solvabilidade traduz a posição de independência do Município face aos credores. Quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos.

O Endividamento mede a participação de capitais alheios no financiamento do Município, admitindo que, quando este valor é superior a 1, as entidades se encontram em situação de falência técnica. Este indicador tem demonstrado uma evolução muito positiva já que existe menos dependência do Município em relação aos capitais alheios.

O rácio Grau de autonomia financeira dá informação sobre o grau em que o património líquido financia a atividade municipal. O Município de Nisa encontra-se com um confortável grau de autonomia financeira.



6.3. Demonstração de Resultados

Município de Nisa
Demonstração de Resultados Consolidada
31 de dezembro de 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Impostos e Taxas	2 e 15	1 182 423,30	1 178 220,63
Vendas	2 e 14	40 717,42	61 989,52
Prestações de serviços	2 e 15	741 330,94	538 543,14
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2 e 15	9 986 732,01	9 158 385,90
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2, 20	163,44	-337 313,34
Trabalhos para a própria entidade	5	196 336,47	77 689,11
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2, 10	-163 758,30	-181 490,39
Fornecimentos e serviços externos	2, 19	-4 339 416,63	-3 881 199,57
Gastos com o pessoal	2, 19	-5 714 504,65	-5 173 571,35
Transferências e subsídios concedidos	2, 19	-890 461,62	-549 836,33
Prestações sociais	2, 19	-5 112,16	-22 874,23
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	2, 10	3 645,52	-8 049,82
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2	-70 587,37	-26 615,10
Provisões (aumentos/reduções)	2, 16	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	2, 19	3 320 195,02	3 227 416,92
Outros gastos e perdas	2, 19	-347 892,61	-289 140,61
Resultados antes de depreciações, gastos de finan e impostos:		3 939 810,78	3 772 154,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2, 3, 4 e 5	-3 917 860,58	-4 036 607,18
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de finan. e impostos):		21 950,20	-264 452,70
Juros e rendimentos similares obtidos	2, 19	-2 804,14	-49 187,38
Resultado antes de imposto:		19 146,06	-313 640,08
Resultado líquido do período:		19 146,06	-313 640,08

Tabela 18 - Demonstração de Resultados

6.3.1. Resultados Operacionais

Os proveitos operacionais estão condicionados essencialmente pelas vendas e prestações de serviços, impostos e taxas, às transferências e subsídios obtidos e outros rendimentos.

A rubrica dos Outros Rendimentos, que é constituída essencialmente pelos subsídios e transferências ao investimento registou um acréscimo de 91.404,98 €.



Quanto aos gastos destacam-se os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com o Pessoal. A rubrica dos Gastos com o Pessoal regista um aumento significativo de 540.933,30€ associado à atualização salarial da função pública realizada em 2025. Os Fornecimentos e Serviços Externos, registam um aumento de 458.217,06 € em relação ao ano anterior.

Relativamente às transferências e subsídios concedidos no exercício 2025 houve um acréscimo de 340.625,29 €, de forma a apoiar as necessidades das entidades.

6.3.2. Resultados Financeiros

Em 2025 foram suportados 2.804,14 € com juros, associados a juros e encargos correntes da dívida pública, valor muito inferior ao do exercício anterior.

6.3.3. Resultado Líquido do Período

Considerando os custos e proveitos totais, resultou um valor positivo de 19.146,06 €.

6.3.4. Endividamento

A capacidade legal de endividamento revela-se dentro dos limites de alguma razoabilidade, não tendo ainda constituído fator impeditivo ao normal funcionamento e desenvolvimento das atividades municipais, tendo em conta as capacidades económicas e financeiras do Município.

6.3.4.1. Evolução do Endividamento

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do endividamento ao longo dos últimos anos, tanto de terceiros como a terceiros.



Dívidas a Terceiros	2021	2022	2023	2024	2025
Curto prazo	480 240,92 €	287 404,03 €	256 055,20 €	0,00 €	0,00 €
Médio e longo prazo	1 215 307,06 €	965 499,00 €	721 604,14 €	0,00 €	0,00 €
Total	1 695 547,98 €	1 252 903,03 €	977 659,34 €	0,00 €	0,00 €

Tabela 19 - Dívidas a Terceiros

Tal como no ano anterior, as dívidas a terceiros não registam valor no final do ano 2025, uma vez que o Município se esforça para cumprir e honrar atempadamente todos os seus compromissos.

Dívidas de Terceiros	2021	2022	2023	2024	2025
Curto prazo	142 508,96 €	107 658,89 €	295 173,19 €	205 744,23 €	164 863,91 €
Médio e longo prazo	8 214,00 €	8 214,00 €	8 214,00 €	8 214,00 €	8 214,00 €
Total	150 722,96 €	115 872,89 €	303 387,19 €	213 958,23 €	173 077,91 €

Tabela 20 - Dívidas de Terceiros

Registou-se uma diminuição considerável de 40.880,32 € que se deve à diminuição da dívida de curto prazo de clientes.

6.4. Cumprimento da LCPA, de acordo com a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro

No cumprimento da referida Lei foram calculados mensalmente os fundos disponíveis e não existem pagamentos em atraso, superiores a 90 dias após a data-limite de pagamento.

6.5. Cumprimento da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, de acordo com a Lei nº 73/2013 de 3 de setembro

No cumprimento do artigo 40.º n.º 2 foram apurados os seguintes valores:

- Receita corrente bruta cobrada (12.261.095,42 €) - despesa corrente (11.012.567,71 €) acrescida das amortizações médias de médio e longo prazo (0,00 €) = 1.248.527,71 € cumprindo assim o artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.



7. Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Analisando as Demonstrações Financeiras do ano 2025, verifica-se que o resultado líquido do exercício apresenta um valor positivo de 19.146,06€, conforme se encontra evidenciado no Balanço e Demonstração de Resultados. O Executivo Municipal propõe a seguinte aplicação de Resultados:

- Que o valor do resultado líquido do exercício, positivo de 19.146,06€, seja transferido para a conta 56 - "Resultados Transitados".

8. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Juntando à guerra entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza, iniciada em outubro de 2023, e à invasão russa contra a Ucrânia, que completou quatro anos no passado mês de fevereiro de 2026, o cenário geopolítico agravou-se significativamente com a escalada das hostilidades entre os Estados Unidos e o Irão.

Este novo foco de conflito direto introduziu uma pressão adicional sem precedentes sobre as cadeias de abastecimento globais e os mercados energéticos, contribuindo para que 2025 e o início de 2026 fossem marcados por uma instabilidade militar e política de elevada complexidade à escala mundial.

Fruto da acumulação destes conflitos armados, verificam-se impactos macroeconómicos profundos que continuam a criar incerteza no futuro imediato, particularmente no que respeita ao comportamento da inflação e à volatilidade dos custos de energia.

As consequências destes eventos são ainda impossíveis de quantificar totalmente à data atual. No entanto, mantemos a convicção de que a prossecução da sua linha estratégica e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos não serão comprometidos, sem prejuízo da necessidade de monitorização contínua e de eventuais ajustamentos operacionais face à evolução da conjuntura internacional.